PARECER	: PAR-AUDITORIA-7129/2014
PROCESSO TC/MS	: TC/1561/2014
PROTOCOLO	: 1485458
ÓRGÃO	: CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
RESPONSÁVEL	: WAGNER INÁCIO
CARGO DO RESPONSÁVEL	: VEREADOR PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DE 2013
RELATOR	: IRAN COELHO DAS NEVES

I – PREÂMBULO

1 – O processo em questão autuado neste Tribunal de Contas – e.TCE sob o nº TC/1561/2014, trata da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** da **CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2013**, de responsabilidade do Vereador Presidente, **WAGNER INÁCIO**, remetida a este Tribunal para julgamento de conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02.01.2012, cuja formatação processual se deu na forma da Instrução Normativa nº 35, de 14.12.2011, que aprovou o Manual de Remessa de Informações.

2 – O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o disposto no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012.

3 - Examinados os autos do processo verifica-se que a digna Inspetoria de Controle Externo apurou na fase inicial de instrução processual **IMPROPRIEDADES** e/ou **IRREGULARIDADES**, as quais em cumprimento do princípio do contraditório e da ampla defesa que dispõe o **inciso LV** do **art. 5º** da Constituição Federal de 1988, foram notificadas ao Gestor por meio do **TERMO DE INTIMAÇÃO INT - 6648/2014** constante à peça nº 16, oportunidade em que visando saná-las apresentou justificativa e documentos acostados à peça nº 20.

4 - A nobre Inspetoria de Controle Externo analisou as justificativas e os documentos apresentados no contraditório por meio da **ANÁLISE ANA-2ICE-3432/2014** acostada à peça nº 21, e considerou que as **IMPROPRIEDADES** e/ou **IRREGULARIDADES** diligenciadas foram plenamente sanadas.

5 - E, por fim, a predita Inspetoria de Controle Externo, em conclusão, se manifestou derradeiramente acerca destas Contas Anuais de Gestão na forma transcrita, a seguir:

> *"[...] entendemos que a presente prestação de contas encontra-se apta a **aprovação**, nos termos do Inciso I, do artigo 59, da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o Inciso I, do § 3º, do artigo 110, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução Normativa nº 7, de 11 de dezembro de 2013 [...]".*

É o relatório.

II – EXAME DE AUDITORIA

6 – Examinando estas Contas Anuais de Gestão, na forma da vigente ordem constitucional e legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública ficou constatado o seguinte:

6.1 – DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 14.12.2011

6.1.1 – **Cumprimento** do disposto na **Letra "A"** do **Subitem 3.1** do **Item 3** da **Seção II** do **Anexo I**, por ter remetido, **TEMPESTIVAMENTE**, a este Tribunal de Contas estas Contas Anuais de Gestão, conforme constatado no Recibo de Protocolo Definitivo acostado à peça nº 1.

6.1.2 – **Cumprimento** da **letra "B"** do **Subitem 3.1** do **Item 3** da **Seção II**, do **Anexo I,** por apresentar estas Contas Anuais de Gestão, instruídas na forma do Manual de Remessa de Informações, conforme constatado no contexto geral das peças acostadas aos autos do processo.

6.2 – DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE 04.05.2000 – LRF

6.2.1 – **Cumprimento** do disposto no **§ 1°** do **art. 1º**, por apresentar responsabilidade na gestão fiscal, mediante o cumprimento de metas de resultados dentre o duodécimo recebido de **R$ 3.769.347,60** e a despesa empenhada de **R$ 2.348.569,91**, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 1
EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS, MEDIANTE CUMPRIMENTO DE METAS DE RESULTADOS ENTRE DUODÉCIMO RECEBIDO E DESPESA EMPENHADA.

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 – Duodécimo Recebido.	3.769.347,60	100,00
2 – Despesa Empenhada. → R$ = 100% → % = (2 / 1)	2.348.569,91	62,31
3 – Superavit/Deficit. → R$ = (1 – 2) → % = (3 / 1)	**1.420.777,69**	**37,69**
Resultado do Exame. → Regular 2 < 1 → Irregular 2 > 1.	Regular	

Fonte: Balanço Financeiro acostado à peça nº 4.

6.2.2 – **Cumprimento** do estabelecido na **alínea "a"** do **inciso III** do **art. 20**, por ter efetuado no exercício despesa com pessoal do Poder Legislativo correspondente ao percentual de **1,73%**, atendendo o limite de **6%** da receita corrente líquida do Município, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 2
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO X DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 – Receita Corrente Líquida do Município.	72.420.243,70	100,00
2 – % Legal Máximo Autorizado.	4.345.214,62	6,00
3 – Despesa com Pessoal do Poder Legislativo, inclusive Encargos Sociais. → R$ = 100% → % = (3/1)	**1.251.501,22**	**1,73**
Resultado do Exame. → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Análise constante à peça nº 21 e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais constante à peça nº 6.

6.2.3 – **Cumprimento** do ***caput*** do **art. 48**, por dar **transparência** e **publicidade** da Prestação de Contas Anuais de Gestão, mediante as publicações dos Balanços exigidos, conforme visto à acostada peça nº 3.

6.3 – DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17.03.1964, PORTARIA Nº 42, DE 04.04.1999 DO MPOG E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 04.05.2001 DO MF E MPOG

6.3.1 – DO ORÇAMENTO

6.3.1.1 – A Lei Municipal nº 914/2012 – LOA autorizou **créditos orçamentários** para a Câmara Municipal na ordem de R$ 3.700.000,00, conforme visto na **ANÁLISE ANA-2ICE-3432/2012** acostada à peça nº 21.

6.3.2 – DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

6.3.2.1 – **Cumprimento** do **art. 42** e dos **incisos I** a **III** do **§ 1º** do **art. 43**, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por proceder à abertura dos **créditos adicionais**, de acordo com as autorizações dos Decretos emitidos pelo Prefeito Municipal acostado à peça nº 14, alterando o Orçamento da Câmara para R$ 2.348.769,91, conforme visto no Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 20.

6.3.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

6.3.3.1 – **Cumprimento** do disposto no **art. 12** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, bem como da Portaria nº 42, de

04.04.1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar a despesa orçamentária classificada por **categorias econômicas** e por **funcional**, conforme constatado no Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 20, o qual demonstra despesa autorizada de **R$ 2.348.769,91** e empenhada na ordem de **R$ 2.348.569,91**.

6.3.4 – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.3.4.1 – **Cumprimento** dos **arts. 103** a **105** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por elaborar o Anexo 13 – Balanço Financeiro acostado à peça nº 4; o Anexo 14 – Balanço Patrimonial acostado à peça nº 5 e o Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 6, de acordo com as citadas disposições legais, pois conforme a extensão do exame, **NADA FOI ENCONTRADO DE IRREGULAR**, na consistência dos seus respectivos registros contábeis, cujos resultados apurados são os constantes nas tabelas, a seguir:

TABELA 3
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 – Disponibilidade Financeira do Exercício Anterior.	17.326,36	0,46
2 – Duodécimo Recebido.	3.769.347,60	99,54

3 – Total de Recursos Financeiros. → R$ = (1 + 2) → % = 100%	**3.786.673,96**	**100,00**
4 – Despesa Empenhada. → R$ = 100% → % = (4 / 3)	**2.348.569,91**	**62,02**
5 – Superavit Orçamentário / Financeiro. → R$ = (3 – 4) → % = (5 / 3)	**1.438.104,05**	**37,98**

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro amparado à peça nº 4; e Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior amparado à peça nº 5 – Processo TC/4589/2013.

TABELA 4
RESULTADO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 – Variações Ativas.	3.818.728,79	100,00
2 – Variações Passivas. → R$ = 100% → % = (2 / 1)	3.844.858,52	100,68
3 – Deficit Patrimonial. → R$ = (1 – 2) → % = (3 / 1)	**(26.129,73)**	**(0,68)**

Fonte: Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 6.

TABELA 5
RESULTADO ATIVO REAL LÍQUIDO / PASSIVO REAL A DESCOBERTO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 – Ativo Real Líquido do Exercício Anterior.	203.524,79	100,00
2 – Deficit Patrimonial do Exercício.	(26.129,73)	100,00
3 – Ativo Real Líquido do Exercício. → R$ = (± 1 ± 2) → % = 100%	**177.395,06**	**100,00**
Resultado do Exame. → Regular = (1 ± 2 = BP) → Irregular = (1 ± 2 ≠ BP)	Regular	

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior amparado à peça nº 5 – Processo TC/4589/2013; e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 6.

6.4 DA AVALIAÇÃO DOS MANDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

6.4.1 – **Cumprimento** do **inciso I** do **art. 29-A**, por realizar o percentual de **4,37%** em relação ao limite autorizado de **7%**, com a

despesa total da Câmara Municipal, incluídos subsídios dos Vereadores e excluídos gastos com inativos em relação ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no **§ 5º** do **art. 153** e nos **arts. 158** e **159**, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 6
RECEITA BASE CONSTITUCIONAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR X DESPESA TOTAL DA CÂMARA MUNICIPAL, MENOS INATIVOS

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 – Receita Base Constitucional.	53.847.825,39	100,00
2 – % Constitucional Máximo Autorizado.	3.769.347,78	7,00
3 – Despesa Total da Câmara Municipal, Menos Inativos. → R$ = 100% → % = (3 / 1)	**2.354.844,65**	**4,37**
Resultado do Exame → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Análise constante à peça nº 21.

6.4.2 – **Cumprimento** do **§ 1º** do **art. 29-A**, por realizar em relação ao Duodécimo Recebido o percentual de gasto de **29,15%** com a folha de pagamento, incluído os subsídios de seus Vereadores respeitando o limite máximo autorizado de **70%**, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

SEGUE TABELA NA PRÓXIMA LAUDA

TABELA 7 DUODÉCIMO RECEBIDO X DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO, INCLUSIVE SUBSÍDIOS DOS VEREADORES.		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 – Duodécimo Recebido.	3.769.347,60	100,00
2 – % Constitucional Máximo Autorizado.	2.638.543,32	70,00
3 – Despesa com a Folha de Pagamento, Inclusive Subsídios dos Vereadores. R$ = 100% → % = (3 / 1)	**1.098.890,50**	**29,15**
Resultado do Exame → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Análise constante à peça nº 21.

6.4.3 – **Cumprimento** da **alínea "b"** do **inciso VI** do **art. 29**, por ter fixado **subsídio** da **edilidade** para legislatura, de acordo com o limite de 30% (trinta por cento) em relação ao subsídio do Deputado Estadual, conforme visto à peça nº 21.

6.4.4 – **Cumprimento** do **inciso VII** do **art. 29**, por realizar o percentual de 0,78% com as despesas de remuneração dos Vereadores, atendendo o limite permitido de 5% de gastos em relação à Receita Base Constitucional do Município, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

SEGUE TABELA NA PRÓXIMA LAUDA

TABELA 8 RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO X DESPESA COM A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 – Receita Total do Município.	76.907.802,33	100,00
2 – % Constitucional Máximo Autorizado.	3.845.390,12	5,00
3 – Despesa com a Remuneração dos Vereadores. → R$ = 100% → % = (3 / 1)	**597.199,00**	**0,78**
Resultado do Exame → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Análise constante à peça nº 21 e Folha de Pagamento amparada à peça nº 11.

6.4.5 – **Cumprimento** do disposto no **§ 3º** do **art. 164**, por ter depositado as disponibilidades de caixa da Câmara Municipal em **instituições financeiras oficiais**, conforme visto nos Extratos Bancários acostados à peça nº 13.

É o exame.

III – CONCLUSÃO

7 – Diante do exposto neste **Parecer** e considerando tudo que consta dos autos do processo constata-se que a Prestação de Contas Anuais de Gestão em tela, foi elaborada de **acordo** com a vigente ordem constitucional e legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública,

conforme visto na **PARTE II EXAME DE AUDITORIA**, razão pela qual esta Auditoria, com base no disposto no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012, conclusivamente, **opina**:

7.1 – Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso I** do **art. 59** ambos da LCE nº 160/2012, julgue e considere **REGULARES** a **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** da **CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2013**, de responsabilidade do Vereador Presidente, **WAGNER INÁCIO**.

8 – **AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE**, esta será obtida mediante o controle externo por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012.

9 – O Parecer ora exarado foi fundamentado no exame da **Prestação de Contas Anuais de Gestão** composta de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, assim,

portanto, **ressalvadas** quaisquer **impropriedades** e **irregularidades** porventura encontradas por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012.

É o parecer.

Campo Grande, 27 de Junho de 2014.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO
AUDITOR TCE/MS

fmm